

EVIDÊNCIA DA ATIVIDADE OCULTA NA ATIVIDADE PRODUTIVA NAS INDÚSTRIAS DE RIO TINTO/PB, 2019

Euclides L. da Silva Neto¹, Ana C. Ferreira Vieira², Layane S. Quitão¹, Ednaldo C. Alves Júnior¹

1. Estudante da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, Mamanguape. (UFPB – CAMPUS IV, MME.)

2. Mestre, professora e pesquisadora da UFPB – CAMPUS IV, MME.

Resumo

A produção interna de um país é registrada através da Contabilidade Social, que tem como propósito reunir os agregados macroeconômicos por intermédio das contas nacionais e assim, apresentar os devidos dados da economia. Porém, existem partes das contas nacionais que não conseguem ser mensuradas através desses processos. Algumas contas da produção de um país são realizadas por meio de estimativas, dada à dificuldade da obtenção das suas informações. Esse estudo foi definido como Economia Não Observada (ENO), que é formada por três tipos de produções: produção ilegal; produção oculta ou subdeclarada e produção informal. O presente artigo tem como objetivo evidenciar os indícios da produção oculta ou subdeclarada nas indústrias do município de Rio Tinto/PB, com base na Contabilidade Social, em 2019. A pesquisa obteve os dados através de um questionário *in loco*, elaborado com base em duas partes: oferta e a demanda. E, aplicado a 18 indústrias no município, que correspondem a 72% das indústrias. O referido trabalho tem importância para contribuir acerca da construção do assunto, já que existem poucos trabalhos realizados com esse tema, pois é fundamental entender mais sobre este fenômeno que corresponde a uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB). Ao final do trabalho foi possível considerar que há indícios da produção oculta ou subdeclarada nas indústrias da amostra em Rio Tinto, através das práticas: omissão das notas fiscais, indicando possíveis vendas sem tributação, fraudes em estoques, contratação de mão de obra sem a devida documentação assinada e por suas atividades terem iniciado antes mesmo do seu processo de formalização, que está também ligado ao fato de que podem estar omitindo o faturamento para não desenquadrar dos regimes tributários do Simples Nacional.

Palavras-chave: Economia não observada; Produção Oculta; Indústria.

Introdução

Uma empresa formal necessita manter sempre seu registro contábil, afinal uma contabilidade eficaz auxilia a empresa na esfera da tomada de decisão, além de representar a situação da empresa como um diagnóstico contábil e financeiro. Quanto ao *business* da empresa, o administrador tem a necessidade de observar todos os resultados econômicos e financeiros para entender as adversidades encontradas durante o ciclo operacional. Nisso, a contabilidade ganha seu maior reconhecimento, tendo em vista que por meio dos registros contábeis é possível detectar as informações que ajudam no processo de crescimento econômico.

No contexto contábil é de grande importância analisar também a incorporação da contabilidade no sistema econômico do país tal como sua totalidade. “[...] entende-se que o sistema econômico é um detalhado método de organização da produção, distribuição e utilização de bens e serviços que são demandados pelos indivíduos da sociedade brasileira” (VIEIRA E MENDONÇA, et al., 2017, p. 2). Esse sistema é formado pelo setor primário, constituído da agropecuária; o setor secundário, formado pela indústria; e setor terciário, composto pela área de serviços.

Contudo, os registros dos agregados econômicos de um país são extraídos através dos setores econômicos e elaborados por meio da contabilidade nacional ou social, tendo a ajuda de diretrizes e métodos normatizados internacionalmente através da Organização das Nações Unidas (ONU). No meio dos setores que constituem o sistema econômico há atividades que não são apontadas no seguimento operacional, como: sonegação do pagamento de impostos, contrabando, etc. Conforme explicam Hallak Neto e Ramos (2013), essas atividades que são mensuradas com complexidade são analisadas em três tipos diferentes de produção: produção ilegal, produção oculta ou subdeclarada e produção informal, fixada pelo Manual das Contas Nacionais de 1993 das Nações Unidas. O relatório do Sistema de Contas Nacionais (SNC), foi atualizado em 2008, sendo a versão mais atual do SNC, no qual o IBGE toma como base para realizar os seus procedimentos para a elaboração dos agregados macroeconômicos do Brasil.

Nesse contexto a presente pesquisa levanta a seguinte questão: Como a produção oculta ou subdeclarada evidencia-se no setor industrial formal no município de Rio Tinto/PB, no ano de 2019?

Com isso, a pesquisa tem como objetivo geral mostrar como se evidencia a produção oculta ou subdeclarada da atividade industrial na cidade de Rio Tinto em 2019, com base na contabilidade social. Tem como objetivos específicos: a) Estudar através da Contabilidade Social a produção oculta, observando-a no Brasil; b) descrever o cenário da atividade industrial do município de Rio Tinto/PB; e c) evidenciar as peculiaridades da produção oculta da atividade industrial no município de Rio Tinto, por meio da execução de um questionário, analisando as consequências destas práticas.

Essa pesquisa foi elaborado através dos estudos realizados no grupo de estudo de Contabilidade Social da UFPB/Campus IV e busca a partir de disposições assimilar se no âmbito da formalidade industrial de Rio Tinto/PB as pessoas ou empresas possuem o conhecimento ou realizam a produção oculta ou subdeclarada. O tema estudado se torna relevante por auxiliar na busca pelo entendimento sobre um tema tão

complexo e pouco estudado academicamente.

Nesse contexto, são encontrados poucos trabalhos acadêmicos sobre a temática da Economia Não Observada (ENO) devido à dificuldade com qual o assunto é tratado. Assim, os trabalhos encontrados são: João Hallak Neto e Roberto Olinto Ramos cujo título “A Economia Não Observada no Brasil- Um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais”; e Ana Cândida Ferreira Vieira, Elton dos Santos Mendonça, et al., com “A produção oculta fundamentada na Contabilidade Social- um estudo no comércio formal do município de Rio Tinto/PB”.

Metodologia

A metodologia abordada no estudo apresenta aspecto bibliográfico, documental, exploratório e descritivo, com estudo de caso. Em relação à pesquisa bibliográfica foram aplicados livros e artigos acadêmicos que colaboraram para a realização da sistematização textual e conceitual da presente pesquisa. A pesquisa documental foi realizada com base primordial com os dados que são publicados e fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Prefeitura Municipal de Rio Tinto (PMRT).

Como o objetivo da pesquisa é analisar as características da Economia Não Observada por intermédio da produção oculta ou subdeclarada no setor industrial do município de Rio Tinto/PB, o questionário foi aplicado somente nas indústrias do município, e o universo planejado teve como suporte a quantidade de indústrias de Rio Tinto no ano de 2017 que refere-se ao último senso do IBGE, ou seja, 25 empresas do ramo industrial, que diversificam-se em: panificadoras; gráficas; indústrias de reciclagem; tijolarias; marcenarias; indústria têxtil; metalúrgica; artesanato; serralharia; indústria de alumínio; indústria alimentícia de sorvetes; indústria química, entre outros.

No entanto a pesquisa obteve dificuldades em questões de aplicação dos questionários, pois algumas empresas se mostraram relutantes a responder, até mesmo reagiram de forma agressiva, e por esse motivo não foi possível obter o resultado de 100% da população, no entanto, com muito esforço foi possível obter uma amostra de 72%, que corresponde a 18 empresas.

Para realizar o colhimento de dados, foi formulado um questionário *in loco* que possui perguntas objetivas e subjetivas, com finalidade de colher informações que evidenciam a produção oculta ou subdeclarada da atividade produtiva das indústrias no município, e foram aplicados com o objetivo de perceber se há indícios da produção oculta ou subdeclarada nas indústrias e o grau de conhecimento dos entrevistados sobre a temática apresentada.

O questionário foi implementado com 21 questões distribuídas em duas partes nas quais podem ser analisadas através da visão da oferta e da demanda por parte dos entrevistados.

Para o processo de tabulação dos dados foi utilizado o programa *Microsoft Excel 2010* e logo após a análise dos dados obtidos. Com a posse dos dados e informações dos entrevistados, foi possível obter conhecimento e apreciação quantitativa através de mecanismos e ferramentas da estatística descritiva, com valores absolutos, relativos, média, mínimo, máximo e desvio padrão, para mostrar a discrepância da atividade produtiva e da atividade oculta, caso exista.

Resultados e Discussão

O cenário industrial do município de Rio Tinto atualmente é formado basicamente por indústrias de transformação e construção, onde ganham destaques as diversas panificadoras e marcenarias, como também as tijolarias que são resultantes da época da família Lundgren e da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), onde nas antigas dependências da fábrica, hoje se localiza uma unidade do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e também onde pequenas indústrias funcionam gerando empregos a população.

O município de Rio Tinto, no ano de 2017 alcançou um total de 216 empresas e outras organizações, das quais 25 empresas são do setor industrial, representando assim 11,57% das empresas atuantes no município e se fragmentam em indústrias de transformação e construção. (SIDRA, 2018)

Conforme resultado do questionário aplicado às empresas do setor industrial de Rio Tinto/PB, o município mostra-se diversificado em relação aos tipos de seguimentos industriais, tais como panificadora, gráfica, reciclagem, tijolaria, etc. Com base no resultado dos questionários a ramificação que mais predomina é de panificadora, com 56%, que reflete nos principais produtos demandados (pão, bolo, etc.).

O estudo da pesquisa mostrou que o tempo das empresas inseridas no município é de 6 a 10 anos, tempo suficiente de implantação e sobrevivência no mercado. Com base nas informações, as empresas que possuem de 6 a 10 anos de atividade representam cerca de 50% da amostra, 6% das empresas estão de 21 a 50 anos inseridas no município que são indústrias panificadoras antigas, mostrando assim que as empresas possuem um tempo considerável de atividade no município. A realidade do Brasil é que as empresas tem pouco tempo de vida útil devido a burocracias, principalmente quando se trata de seguimentos industriais. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) as empresas nacionais mostram uma média de sobrevivência estabelecida de 2 anos, ou seja, as indústrias em Rio Tinto têm uma vida com durabilidade de acordo com a realidade nacional

Quando as empresas foram questionadas se por algum tempo as mesmas funcionaram sem serem constituídas formalmente, os resultados da pesquisa apontou para um alto percentual de empresas que começaram informalmente e depois se regularizaram e isso corresponde a um desvio padrão de 1,41, mostrando uma variação entre as empresas que exerceu suas atividades sem sua constituição formal e as que foram legalmente formalizadas, que exercem e pode ser relacionado com a idade das mesmas, embora tenham um bom tempo no mercado de Rio Tinto/PB.

Quando questionadas se a empresa possuía contabilidade no começo de suas atividades, o resultado da pesquisa mostra que é perceptível que as empresas só vão a procura dos escritórios no seu processo de formalização fiscal, isso pode ocasionar distorções em relação ao questionamento de que se em algum momento do funcionamento, independente de algum motivo, essa empresa ficou sem fornecer algum documento que demonstrasse alguma transação da empresa, impedindo o registro contábil da mesma. As indústrias deste município se diversificam na declaração do seu porte, graças ao MEI, muitas indústrias panificadoras saíram da informalidade e iniciaram suas atividades com dever fiscal. Analisando os perfis das indústrias de Rio Tinto, é fato que não se tratam de grandes indústrias e sim de MEI, em comparação aos outros setores da economia, não se baseia em grande fonte de empregos no município, dado que 44,44% tem 3 funcionários, pelo menos, de carteira assinada. Mas a realidade é a contratação indevida em épocas sazonais, que beneficiam a indústria pela mão de obra barata por trabalhadores que necessitam de qualquer renda para o sustento das famílias.

Atualmente um dos documentos que mais traz garantia sobre transações de compras e vendas é o documento que a evidencia, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Quando as empresas foram interpeladas a respeito NF-e, foram logrados as empresas que não solicitam notas fiscais aos fornecedores, são empresas que seu porte é o MEI e suas atividades se iniciaram a menos de 6 anos, empresa de artesanato e marcenaria, ao serem questionadas sobre o motivo pelo qual não solicitam as notas fiscais aos seus fornecedores, as empresas não deram respostas.

As empresas possuem em suas despesas dois grandes itens que diminuem seus lucros, mas sendo essas despesas de suma importância para a continuidade da empresa, que são os funcionários registrados e os pagamentos de impostos. Conforme resultados da pesquisa, 61,11% das indústrias o pagamento de impostos é a despesa que mais pesa no resultado final do exercício, porém o número de empresas que conhecem quanto é cobrado em percentual o tributo mais simples do município cai em relação as mesmas que acham que o pagamento de impostos custa mais caro, isso pode indicar um nível de desconhecimento fiscal em relação a própria tributação municipal.

Se para as empresas o imposto custa mais caro, como não conhecer os percentuais dos mesmos? Também se deve ao fato das empresas não possuírem suportes gerenciais, como são em sua grande maioria de porte pequeno, o único motivo que as levam a procurar o serviço de um profissional contábil é apenas os assuntos fiscais para manter a legalidade da empresa.

Não possuindo indústrias com faturamento acima de R\$ 360.000,00 o município de Rio Tinto tem um mínimo de empresas, ou seja, 11,11% que faturam mais que R\$ 720.000,00 anualmente, sendo elas, conforme questionários, uma indústria de alumínio e uma tijolaria que conseguem ter demanda no próprio município e nos municípios circunvizinhos para se chegar a esse faturamento.

Conforme tabulação dos questionários é perceptível que a maioria das empresas tem o seu perfil de clientes formados por pessoas físicas e jurídicas e o mínimo das indústrias vendem apenas para pessoas jurídicas, sendo cerca de 11%. Pelo fato da maioria das empresas industriais serem panificadoras, elas vendem para abastecer mercados da região e também para abastecer escolas do município. Como já foi dito, um documento que é imprescindível em um processo de compra e venda é a nota fiscal, sendo assim demandado saber das empresas se elas emitem esse documento, e a resposta foi: 22,22% das empresas não emitem esse documento, omitindo a transação fiscalmente, isso indica que pode haver fraudes nos estoques ou ocultação da produção dessa empresa, o fisco e o governo não consegue tributar ou identificar essas transações que assim conseguem distorcer algumas informações econômicas nos âmbitos municipais, estaduais e nacional. Também foi indagado se as empresas emitem para os seus clientes o Documento Auxiliar a Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) que é o documento impresso da NF-e, é um instrumento auxiliar a nota fiscal e apenas 33,33% fornecem esse documento, sem a DANFE, o cliente fica desprovido de provar que houve uma transação com o mesmo, até para fins de troca de produtos defeituosos, o cliente das empresas não consegue ter uma garantia de provar sua participação no ato.

O governo tenta por meio de programas e políticas ter um maior controle sobre as transações comerciais que existem além da NF-e, utilizando maiores metodologias de fiscalização e sempre avançando para minimizar os efeitos e crescimento de práticas ilícitas. Logo, existe a opção do cliente colocar o CPF na nota.

De acordo com a pesquisa, é possível identificar que não é cultura do município fornecer essa opção aos clientes, algumas empresas que não proporciona essa opção justificaram que “ninguém pede”, “não é comum na cidade”, evidenciando a produção oculta no município, com um desvio padrão de 7,07.

A comercialização desses produtos nem sempre são feitas com o pagamento imediato, principalmente pelo fato das empresas industriais do município serem constituídas em sua maioria por panificadoras, e é comum que em cidades pequenas ainda haja a cultura do fiado, onde as empresas vendem apenas com a promessa do pagamento, e as vezes, o único registro é realizado em cadernetas. O grande problema é de como essas vendas são registradas e se elas contam para o faturamento mensal da empresa ou são omitidas. Quando questionadas sobre como fazem o registro dessas vendas, algumas empresas relataram que em cadernetas, livros caixa, computadores e algumas empresas nem se quer anotam.

Conclusões

A produção oculta ou subdeclarada representa os indícios de má-gestão, má-fé e corrupção dentro das empresas, são práticas que visam ludibriar a fiscalização para a proliferação de traquejos que deterioram a economia onde está implantada. A produção oculta, juntamente à produção ilegal e a produção informal

formam a Economia Não Observada, que são frações da produção que não são mensuradas e/ou contabilizadas, são estimadas com base em informações cruzadas de demanda e oferta para o Brasil, pelo IBGE.

Com o pouco acervo que há acerca da temática em relação à produção oculta, dá-se a importância do trabalho que visa agregar ao entendimento desse conteúdo, como também a dificuldade de realizar a pesquisa bibliográfica e a dimensão do município que foi objeto de estudo, pois em Rio Tinto/PB muitos empresários não possuem formação ou instrução para a realização de suas atividades, podendo assim, não saber sobre as práticas que fazem, compreender sua empresa como um todo ou até mesmo sobre o mal que as decisões erradas que são tomadas por eles podem fazer a economia local.

Analisando os dados da amostra é possível afirmar que há indícios da produção oculta ou subdeclarada nas atividades industriais do município de Rio Tinto/PB, das quais são: panificadoras, gráficas, indústria têxtil, fábrica de sorvetes, metalúrgicas, serralharias, indústrias de reciclagem e outros. Essas empresas são em sua grande maioria Microempreendedores Individuais e Microempresas que adicionaram em 2015 cerca de R\$26.640.200,00 ao PIB municipal, formados em 56% por indústrias panificadoras, mostrando que não há diversidade da atuação industrial no município. Um dado preocupante e importante de ser analisado corresponde aos 22,22% das empresas não oferecem nota fiscal aos seus clientes, representou um desvio padrão de 7,07, desviando-se das empresas que realizam esse processo para legitimar as vendas e o controle dos estoques. É perceptível também que os proprietários e/ou administradores (em sua grande maioria) das indústrias não tem conhecimento sobre a legislação na qual a sua empresa está submetida, como no caso do MEI que afirmou ter mais de 3 funcionários de carteira assinada, sendo que para um MEI isso não é permitido de acordo com a legislação do Simples Nacional, sendo assim mais um indicio confirmado de práticas inadequadas que caracterizam a produção oculta.

Os danos causados na economia são visíveis, por se tratar de um município pequeno, as indústrias contribuem não tão somente com a produção como também com a mão de obra empregada, são empresas que tem o poder de modificar as contas locais e auxiliar no desenvolvimento de Rio Tinto/PB. Contudo, a pesquisa pode evidenciar os indícios da produção oculta nas empresas do segundo setor (industrial) no município de Rio Tinto/PB, e também evidenciou os danos que essa produção causa.

Dado uma das justificativas da pesquisa, seria relevante como proposta para um novo trabalho que deem continuidade na busca teórica que fundamenta a ENO, como também a produção oculta. Podendo ser abordada a forma como as estimativas das produções que formam a ENO são feitas e analisar o efeito em grandes cidades que podem incidir ainda mais na economia.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Fernanda. **CPF na nota fiscal: confira os benefícios para você.** SERASA CONSUMIDOR. Disponível em <https://www.serasaconsumidor.com.br/ensina/dicas/cpf-na-nota-fiscal/>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **Contabilidade Social:** referência atualizada das Contas Nacionais do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2017.

HALLAK NETO, João; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais.** Revista de Economia Contemporânea (2014), vol.18. Rio de Janeiro.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Paraíba/Rio Tinto.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/rio-tinto/panorama>. Acesso em 22 de abril de 2018.

PME. Portal do microempreendedor – MEI. 2019. Disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei/4-qual-o-faturamento-anual-do-microempreendedor-individual>. Acesso em 05 de junho de 2019

SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Cadastro Central de Empresas.** Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/993#resultado>. Acesso em 25 de julho de 2018.

SILVA, Fernanda Sergio Santana da. **Uma nova realidade econômica na cidade de Rio Tinto.** Guarabira: UEPB, 2011.

VIEIRA, Ana Cândida Ferreira; MENDONÇA, Helton dos Santos; et al. **A produção oculta fundamentada na Contabilidade Social: um estudo no comércio formal do município de Rio Tinto, PB.** Revista Mangaio Acadêmico, v. 2, n. 3, jul/dez, 2017 – ISSN 2525-2801.